

25.fevereiro.2021 – 14H00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: [Comissão de Coordenação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância](#)

Elementos identificados na [página da audição](#).

Recebidos por: Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva: Deputados António Cunha (PSD), Lúcia Araújo Silva (PS), Carla Madureira (PSD), Alexandra Vieira (BE), Ana Mesquita (PCP) e Ana Rita Bessa (CDS-PP).

Assunto: Funcionamento do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

Exposição: O Deputado António Cunha (PSD), Coordenador do [Grupo de Trabalho – Educação Inclusiva](#) (GT), que presidiu à reunião, deu as boas vindas aos representantes da Comissão de Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (ouvidos em videoconferência) e lembrou a grelha de tempos para a audição.

A Presidente da Comissão de Coordenação referiu o seguinte, em síntese:

1. A intervenção precoce remonta à década de 1970, tendo o Sistema Nacional de Intervenção Precoce (SNIPI) sido criado pelo [Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro](#), que prevê uma resposta integrada, holística e colaborativa, entre os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação, com envolvimento das famílias e da comunidade;
2. A intervenção dirige-se a crianças dos 0 aos 6 anos e visa resolver o problema e permitir a integração da criança a nível global;
3. O SNIPI tem uma Comissão Nacional, que está subdividida em 5 regionais, núcleos de supervisão técnica e 155 equipas locais de intervenção (ELI) no território continental, que elaboram o plano individual de intervenção precoce, em ligação com a família;
4. O modelo operacionalizado permite que todas as crianças tenham uma resposta do sistema, com uma intervenção direta ou através de vigilância;
5. O sistema envolve cerca de 1.800 profissionais, dos 3 Ministérios, a tempo inteiro ou a tempo parcial, parcerias locais e em 2019 estavam em acompanhamento cerca de

23.000 crianças e respetivas famílias, que representam 95,7% das crianças que potencialmente necessitam de apoio no âmbito da intervenção precoce;

6. Neste momento pretendem desenvolver o aprofundamento da relação com os territórios.

Intervieram depois as Deputadas Lúcia Araújo Silva (PS), Carla Madureira (PSD), Alexandra Vieira (BE), Ana Mesquita (PCP) e Ana Rita Bessa (CDS-PP), pronunciando-se sobre o assunto e colocando várias perguntas.

Foi, nomeadamente, questionado o que tem sido feito em resposta ao aumento do número de crianças em vigilância, os passos para melhoria do sistema e resposta mais célere, a relevância para a resposta que decorrerá da criação, a nível dos docentes, do grupo de recrutamento de intervenção precoce (recomendação feita pela Assembleia da República que ainda não teve sequência), o desamparo de algumas crianças durante a pandemia, o que tem de ser melhorado pelas equipas locais de intervenção, a necessidade de articulação dos horários de funcionamento das equipas com os das famílias, para desenvolvimento da capacitação destas, o alargamento do tempo para o efeito e a atribuição de mais horas de trabalho ao pessoal afeto a tempo parcial.

Foi também perguntado como pode melhorar-se a resposta, quais as situações que precisam de mais acompanhamento para controlar os efeitos da pandemia, quais os dados e justificação sobre o aumento de equipamento necessário, sobre a quebra registada na sinalização de crianças, sobre o cadastro e o apoio efetivo de crianças e a necessidade de docentes com formação e vocação específica.

Na sequência das intervenções das Deputadas, a Presidente da Comissão Nacional indicou depois o seguinte, em síntese:

1. O SNIPI tem feito um caminho, evoluído, mas ainda pode crescer mais;
 2. Houve um aumento dos recursos humanos alocados ao sistema;
 3. Têm uma capacidade de resposta grande, mas podem melhorar;
 4. Há uma distribuição diferente a nível regional;
 5. É feito um mapa de intervenção, nomeadamente tendo em conta a densidade populacional do território;
 6. O SNIPI tem uma relação com várias entidades da sociedade civil, nomeadamente com a academia, para melhorarem as práticas;
-

7. Como impacto da pandemia, os profissionais de saúde estão mais focados nesta e menos na intervenção precoce;
8. As equipas de intervenção precoce, durante a pandemia e os confinamento, nunca pararam e nalguns casos deslocam-se a casa das crianças;
9. Gostariam que o sistema crescesse, em qualidade e quantidade;
10. Procuram ter mais eficácia na franja dos 0 aos 3 anos, mas neste momento estão mais focados no grupo dos 3 aos 6 anos;
11. O sistema tem dado resposta.

Após o término da audição, os membros do Grupo de Trabalho deliberaram que as intervenções dos Deputados passarão a ter um limite de 5m (em vez dos 3m adotados nesta audição) e para esse efeito as audições passarão a iniciar-se às 13h45.

Foi ainda consensualizado que seriam equacionadas outras escolas de referência em intervenção precoce (sendo que o Agrupamento de Escolas Madeira Torres, de Torres Vedras, proposto pelo BE, já vai ser ouvido junto com a Câmara Municipal no âmbito da atividade de acompanhamento dos apoios nas interrupções escolares), para se escolher 1 e se fazer a respetiva audição no próximo dia 18/3, às 13h45.

A gravação da audição está disponível na [página da audição](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 25 de fevereiro de 2021,

A assessora

Teresa Fernandes